



# CIDADÃO

## PARTICIPA

Plataforma digital para o diálogo  
nacional inclusivo em Moçambique

**Relatório Mensal**

**28 de Abril – 28 de Maio de 2026**



**CIDADÃO**

PARTICIPA



### Índice

<b>1. Quanto ao Acesso/Utilização da Plataforma</b>	<b>07</b>
<b>2. Quanto a Capacitação dos Actores Chave sobre a Plataforma</b>	<b>08</b>
<b>3. Quanto aos Usuários da Plataforma</b>	<b>10</b>
<b>4. Quanto aos Comentários por Área Temática</b>	<b>10</b>
<b>5. Principais Contribuições dos Cidadãos para o Processo</b>	<b>11</b>
Assuntos de Defesa e Segurança	11
Assuntos Fiscais	12
Assuntos sobre os Recursos Naturais	13
Assuntos Constitucionais	13
Assuntos Económicos	14
Assuntos Eleitorais	15
Assuntos de Justiça	15
Assuntos da Administração Pública e Despartidarização	16
Assuntos sobre Descentralização e Desconcentração	17
Assuntos sobre Reconciliação e Unidade Nacional	18
<b>6. Desafios</b>	<b>19</b>
<b>7. Considerações Finais</b>	<b>19</b>
<b>8. ANEXOS</b>	<b>21</b>

## Lista de Abreviaturas

IMD	Instituto para Democracia Multipartidária
MASC	Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil
CIUEM	Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane
DNI	Diálogo Nacional Inclusivo
USSD	Dados de Serviço Suplementar Não Estruturados
SMS	Serviço de Mensagens Curtas
FDS	Forças de Defesa e Segurança
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
CNE	Comissão Nacional de Eleições
STAE	Secretariado Técnico de Administração Eleitoral
EGFAE	Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado
COTE	Comissão Técnica do Diálogo Nacional Inclusivo

# Sumário

O presente relatório enquadra-se no âmbito do projecto “Cidadão Participa”, coordenado pelo consórcio composto pelo líder do consórcio, Instituto para Democracia Multipartidária (IMD), Fundação Mecanismo de Apoio às Organizações da Sociedade Civil (MASC), Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane (CIUEM) e organização de Barcelona Decidim, e conta com o financiamento da Agência Catalã de Cooperação para o Desenvolvimento. O projecto surge num contexto marcado pela necessidade de fortalecer a confiança nas instituições democráticas, promover reformas de governação e ampliar os espaços de participação do cidadão em Moçambique.

Neste sentido, a plataforma digital “Cidadão Participa” foi concebida como uma ferramenta de participação cidadã ao serviço do Processo do Diálogo Nacional Inclusivo (DNI), permitindo aos cidadãos contribuir activamente para os debates sobre reformas constitucionais, governação, descentralização, reconciliação nacional e outros temas de interesse público.

Através desta plataforma, as contribuições dos cidadãos são recolhidas, sistematizadas e canalizadas à Comissão Técnica do Diálogo Nacional Inclusivo (COTE), contribuindo para que diferentes sensibilidades, perspectivas e propostas da sociedade moçambicana possam ser consideradas no processo de construção de consensos nacionais.

A plataforma constitui, assim, um mecanismo complementar e permanente de auscultação pública, reforçando a participação cidadã para além dos encontros presenciais realizados no âmbito do DNI. Decorridos 30 dias após o lançamento oficial da plataforma, pretende-se apresentar através do presente relatório as principais contribuições dos cidadãos para o processo do diálogo nacional inclusivo. O relatório consiste na sistematização da informação recolhida entre os dias 28 de Abril a 28 de Maio de 2026.

## 1. Quanto ao Acesso/Utilização da Plataforma

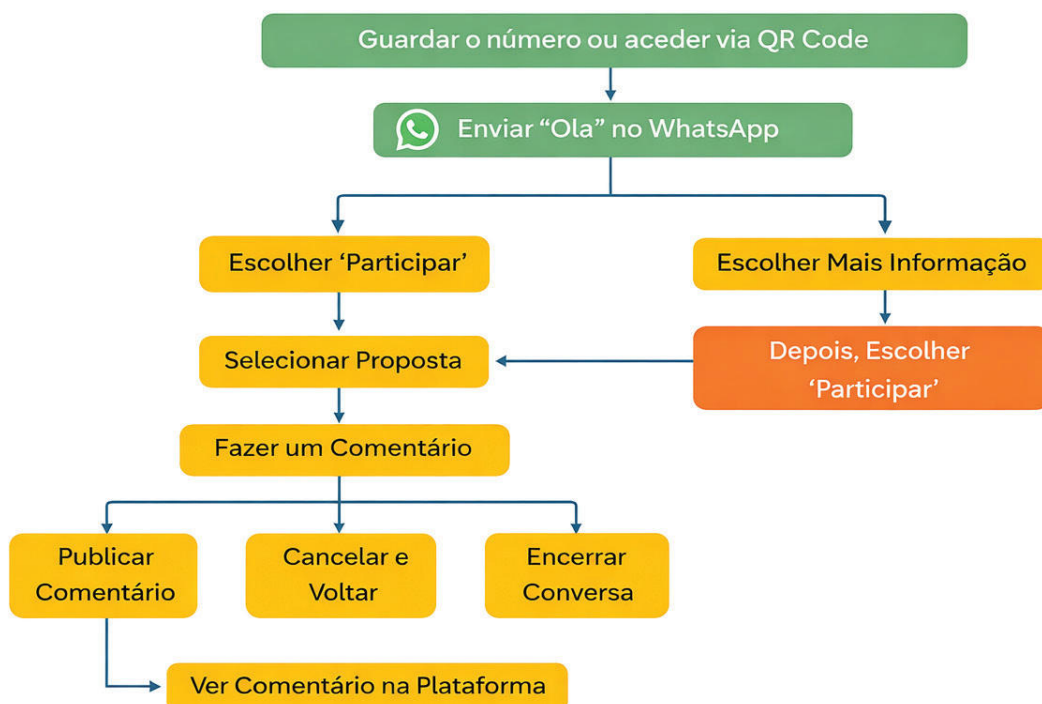
A plataforma “Cidadão Participa” permite aos cidadãos submeter propostas, participar em debates, acompanhar o progresso das reformas e monitorar os compromissos assumidos no âmbito do Diálogo Nacional Inclusivo, contribuindo para o reforço da confiança nas instituições e para a consolidação da democracia em Moçambique. Para além de constituir um espaço de participação pública, a plataforma funciona como um mecanismo de recolha contínua de contribuições para o Processo do Diálogo Nacional Inclusivo. As propostas, opiniões e recomendações submetidas pelos cidadãos são sistematizadas periodicamente e partilhadas com a COTE, contribuindo para enriquecer o processo de reflexão e construção de consensos nacionais. A participação na plataforma foi concebida de forma simples, acessível e inclusiva, permitindo que os cidadãos possam interagir através de dois canais principais: via chatbot de WhatsApp ou

através da plataforma web.

O acesso via WhatsApp é efectuado por meio do número +258 844308393. Para participar, o cidadão deve guardar o número no seu telefone, enviar uma mensagem de “Olá” e seguir as instruções apresentadas pelo sistema, seleccionando a opção “Participar”, escolhendo uma das propostas disponíveis, inserindo o seu comentário e enviando a sua contribuição. Após o envio, o comentário passa a estar imediatamente visível na plataforma.

Alternativamente, os cidadãos podem participar através do navegador, acedendo à plataforma Cidadão Participa pelo link: <https://www.cidadaoparticipa.org.mz/>. Neste caso, o utilizador deve criar um perfil simples com endereço de e-mail e senha, entrar no processo “Diálogo Nacional Inclusivo”, aceder à secção “Propostas”, identificar a proposta na qual pretende participar, consultar os principais resultados da auscultação e as questões orientadoras do debate, e submeter o seu comentário.

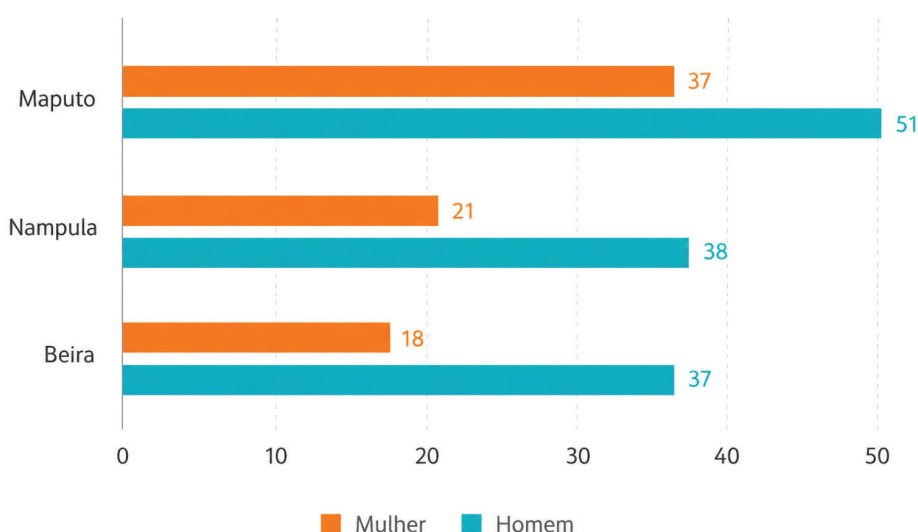
### Como Utilizar o Chat Bot Cidadão Participa



### 2. Quanto a Capacitação dos Actores Chave sobre a Plataforma

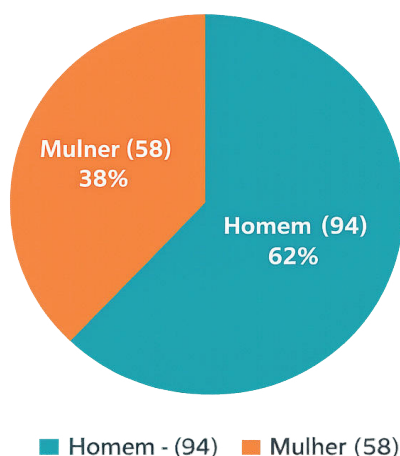
Numa fase introdutória do projecto, foram realizados workshops regionais de apresentação e sensibilização sobre a plataforma “Cidadão Participa” nas regiões Norte, Centro e Sul do país, nomeadamente nas cidades de Nampula, Beira e Maputo. Estes encontros tiveram como objectivo apresentar a plataforma, explicar o seu funcionamento,

demonstrar os mecanismos de participação disponíveis e incentivar o envolvimento dos cidadãos no processo do Diálogo Nacional Inclusivo. Em termos de participação, os Workshop Regionais contaram com 55 participantes, dos quais 18 mulheres e 37 homens na Beira (dias 20 e 21 de Abril). Em Nampula (dias 23 e 24 de Abril), 59 participantes, sendo 21 mulheres e 38 homens, e em Maputo (dias 29 e 30 de Abril), com 88 participantes, dos quais 37 mulheres e 51 homens.

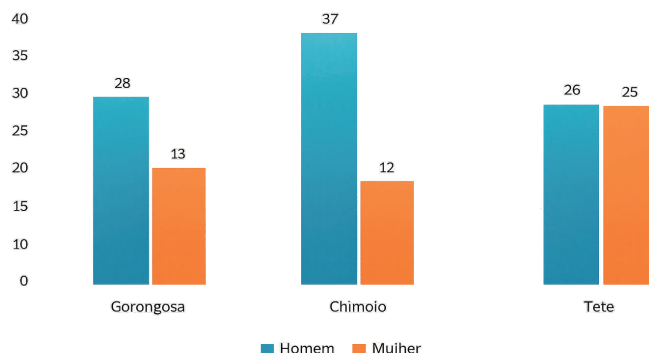


Ainda em Maputo, no dia 28 de Abril, teve lugar o evento de Lançamento da Plataforma, que reuniu representantes da sociedade civil, instituições públicas, parceiros de cooperação e cidadãos, contando com a participação de 152 participantes, dos quais 58 mulheres e 94 homens.

#### Participação Inclusiva do Cidadão na Era Digital: O Papel das Ferramentas Digitais no Diálogo



Formações Provinciais



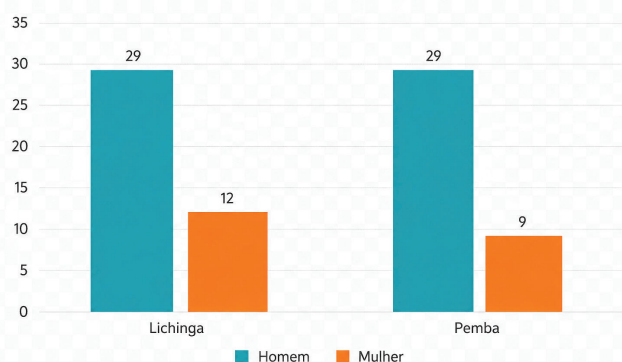
Na ocasião, o Presidente da Comissão Técnica do Diálogo Nacional Inclusivo (COTE), Edson Macuácuá, destacou a importância da participação digital para o aprofundamento da inclusão no processo do diálogo nacional. Segundo o responsável, a plataforma “Cidadão Participa” permitirá que as auscultações públicas continuem para além dos encontros presenciais, criando um espaço permanente de participação dos cidadãos.

Macuácuá afirmou ainda que a Comissão Técnica permanece aberta para acolher, dialogar e valorar todas as contribuições submetidas através da plataforma, assegurando que as diferentes sensibilidades e perspectivas expressas pelos cidadãos possam contribuir para o processo de construção de consensos nacionais.

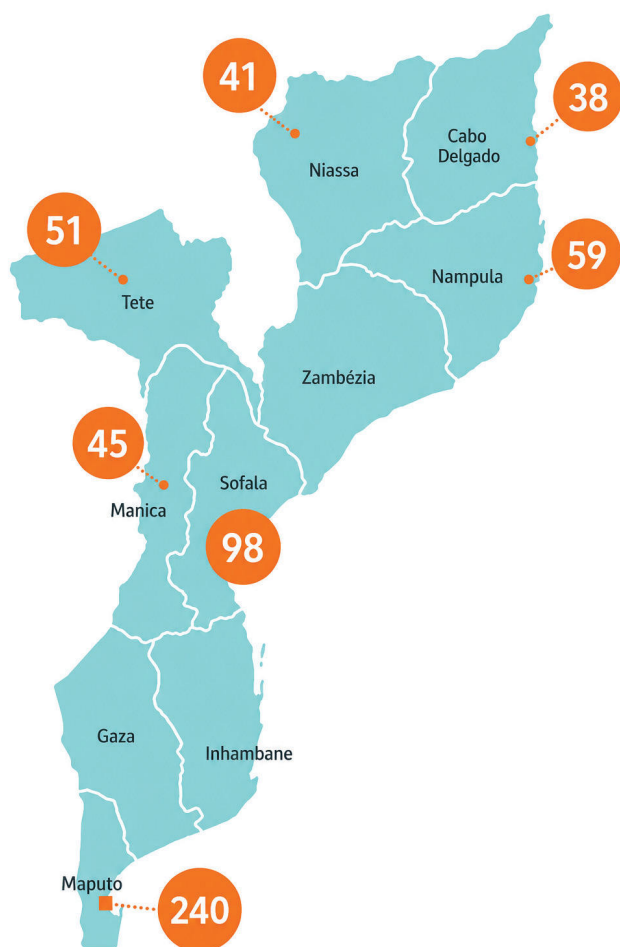
Paralelamente, foram igualmente realizadas formações provinciais dirigidas às Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Na província de Sofala, concretamente no distrito da Gorongosa, a formação realizada no dia 05 e 06 de Maio reuniu 43 participantes, dos quais 15 mulheres e 28 homens. Na província de Manica, a formação realizada no dia 12 e 13 de Maio contou com 49 participantes, incluindo 12 mulheres e 37 homens. Já na província de Tete, no dia 19 e 20 de Maio, a formação reuniu 51 participantes, dos quais 26 mulheres e 26 homens.

No âmbito da iniciativa “Escolas para Democracia”, foram igualmente realizadas actividades de mobilização e formação cívica, envolvendo 41 participantes em Lichinga (29 homens e 12 mulheres) e 38 participantes (29 homens e 9 mulheres) em Pemba.

ESCOLAS PARA DEMOCRACIA



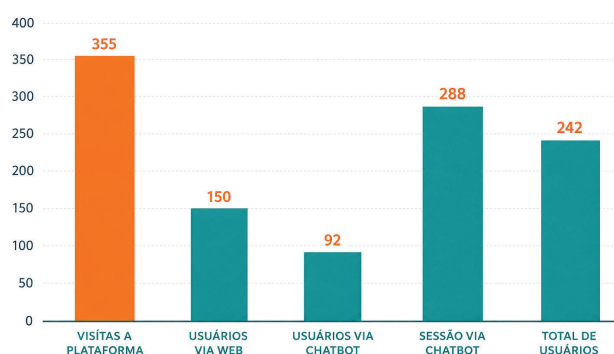
De forma geral, as actividades realizadas demonstram um esforço consistente de descentralização e promoção da participação do cidadão, envolvendo actores locais, organizações da sociedade civil, juventude e representantes comunitários em processos de diálogo, reconciliação e participação democrática. Os níveis de participação registados evidenciam igualmente o interesse crescente dos cidadãos em contribuir activamente para os processos de governação inclusiva e construção da paz em Moçambique.



O conjunto das actividades realizadas, participaram um total de **576 pessoas, das quais 207 mulheres (36%) e 369 homens (64%)**. Os dados demonstram uma participação significativa de mulheres nos diferentes espaços de diálogo, formação e mobilização cívica, embora se mantenha uma predominância masculina em várias actividades. Regista-se, contudo, um esforço consistente de promoção da inclusão e equilíbrio de género, particularmente nos workshops regionais, no evento de lançamento da plataforma e nas iniciativas comunitárias de formação e participação democrática.

A leitura dos dados por província e região demonstra que as actividades do projecto conseguiram alcançar diferentes pontos do país, assegurando uma abordagem descentralizada e inclusiva na promoção da participação do cidadão, reconciliação comunitária e fortalecimento democrático.

## Usuários



### 3. Quanto aos Usuários da Plataforma

Até ao momento da elaboração do presente relatório, a plataforma “Cidadão Participa” registou um total de **242 utilizadores**, dos quais **150 acederam via plataforma web** e **92 através do chatbot de WhatsApp**, tendo igualmente sido contabilizados **355 visitas a página web** e **288 sessões via Chatbot**.

No âmbito das actividades e mecanismos de participação promovidos, foram registadas **38 reuniões na plataforma**, bem como submetidos **120 comentários e contribuições dos cidadãos** sobre as propostas de reforma em discussão no contexto do Diálogo Nacional Inclusivo. Os dados demonstram que o chatbot de WhatsApp constitui o principal canal de acesso e participação dos utilizadores na plataforma, sendo que a maior parte dos comentários vem da plataforma.

## Comentários



### 4. Quanto aos Comentários por Área Temática

A análise das contribuições submetidas na plataforma “Cidadão Participa” demonstra que os cidadãos apresentaram maior interesse e envolvimento em temas directamente ligados à governação, economia, descentralização e coesão nacional, reflectindo as principais preocupações sociais e políticas associadas ao processo do Diálogo Nacional Inclusivo. O tema **Assuntos Económicos** registou o maior número de contribuições, com 20 participações, evidenciando a preocupação dos cidadãos com questões relacionadas ao custo de vida, emprego, desenvolvimento económico, oportunidades para os jovens e melhoria das condições socioeconómicas. Este resultado demonstra que as questões económicas continuam a ocupar um lugar central nas expectativas dos cidadãos em relação às reformas nacionais e à governação pública.

De forma geral, os dados demonstram que os cidadãos tendem a participar mais activamente em temas que possuem impacto directo na sua vida quotidiana, nas condições económicas, na governação local e na estabilidade social e política. As contribuições recolhidas evidenciam igualmente o potencial das plataformas digitais como instrumentos de promoção da participação do cidadão,

audição pública e fortalecimento do diálogo democrático inclusivo em Moçambique.

### 5. Principais Contribuições dos Cidadãos para o Processo

No âmbito do processo de consulta pública sobre reformas estruturais previstas no Diálogo Nacional Inclusivo, foram recolhidas, na Plataforma “Cidadão Participa” contribuições de cidadãos através do chatbot (WhatsApp) e da plataforma online. As contribuições abrangeram diferentes áreas de governação, incluindo defesa e segurança, justiça, economia, recursos naturais, descentralização, administração pública e reconciliação nacional. A presente sistematização resume as principais recomendações apresentadas pelos participantes, organizadas por áreas temáticas de reforma.

Estas contribuições serão periodicamente compiladas e partilhadas com a COTE, constituindo um contributo para o aprofundamento da reflexão e do debate sobre as reformas em discussão no país:

#### 5.1. Assuntos de Defesa e Segurança

Os usuários da plataforma entendem que a governação e o controlo democrático das Forças de Defesa e Segurança (FDS) devem garantir a

subordinação efectiva ao poder civil, no respeito pela Constituição e pelo Estado de Direito, assegurando que estas instituições operem ao serviço da população e da soberania nacional. Neste sentido, a defesa e segurança devem ser compreendidas não apenas como protecção territorial, mas também como um mecanismo essencial de protecção de pessoas, promoção da dignidade humana e fortalecimento da confiança nas instituições públicas.

Um dos principais desafios identificados é a despartidarização e profissionalização das FDS, sendo fundamental assegurar a neutralidade institucional, o reforço da ética profissional e o combate à corrupção. Este processo exige também investimento contínuo na formação dos agentes, com enfoque no profissionalismo e no serviço ao interesse nacional.

No contexto do combate ao terrorismo e às ameaças transnacionais, destaca-se a necessidade de adoptar uma abordagem mais abrangente, que vá além da resposta militar. Isso inclui a criação de mecanismos de reintegração de jovens que abandonam campos operacionais, evitando a sua marginalização e estigmatização, bem como a compreensão das causas estruturais dos conflitos, incluindo a falta de consenso na partilha de recursos naturais, o que reforça a importância do diálogo e de soluções políticas sustentáveis.

Relativamente aos direitos humanos e à relação com os cidadãos, é essencial garantir que as FDS actuem com respeito pelos direitos fundamentais, mesmo em contextos de crise. Isso implica formação contínua, uso proporcional da força, supervisão independente, responsabilização efectiva e criação de canais seguros de denúncia. Paralelamente, deve-se reforçar a confiança entre as FDS e os cidadãos através de maior transparência,

profissionalismo e combate à corrupção, com especial atenção à protecção de grupos vulneráveis como mulheres e jovens. Em síntese, a defesa e segurança devem ser vistas como um compromisso mais amplo com a construção de uma sociedade estável, justa e inclusiva, baseada na prevenção, no diálogo e na boa governação.

### 5.2. Assuntos Fiscais

Os comentadores da plataforma defendem que a reforma do sistema tributário deve assentar no princípio da justiça e equidade fiscal, garantindo que a contribuição dos cidadãos e empresas seja proporcional à sua capacidade contributiva. Isto implica reforçar a progressividade fiscal, sobretudo no imposto sobre o rendimento, de modo a aliviar a carga sobre os rendimentos baixos e médios e assegurar que quem mais ganha contribui mais. Neste contexto, é também importante rever isenções e benefícios fiscais que possam gerar desigualdades ou privilégios injustificados, bem como reforçar a tributação de grandes empresas e multinacionais, especialmente nos sectores extractivos. Ao mesmo tempo, deve-se proteger as pequenas e médias empresas através de regimes simplificados e taxas ajustadas.

No que diz respeito ao IVA, propõe-se uma reforma orientada para a redução do custo de vida das famílias vulneráveis, sem comprometer a sustentabilidade das receitas do Estado. Isso pode ser feito através da redução ou isenção do IVA em bens essenciais como alimentos básicos, medicamentos, água e energia, bem como da introdução de taxas diferenciadas para produtos de primeira necessidade. É igualmente importante reforçar os mecanismos de fiscalização para combater fraudes e melhorar a eficiência na arrecadação, garantindo que o IVA funcione também como

instrumento de justiça social.

Para alargar a base tributária e melhorar a conformidade fiscal, destaca-se a necessidade de formalização gradual da economia informal, através de incentivos como acesso a crédito, protecção social e simplificação de procedimentos. A modernização da administração fiscal, com recurso a tecnologias digitais como pagamentos electrónicos e facturação digital, pode aumentar a eficiência e reduzir a corrupção. Paralelamente, é essencial mapear empresas em todo o território nacional, combater a evasão fiscal e promover uma educação fiscal contínua junto das comunidades, reforçando a consciência sobre a importância do pagamento de impostos. Este processo depende também de vontade política e de um combate efectivo à corrupção.

Em matéria de transparência e participação, é fundamental que o Estado publique regularmente informações claras sobre a arrecadação e a utilização das receitas fiscais, permitindo maior escrutínio público. A transparência deve ser acompanhada de mecanismos de participação cidadã na monitoria da execução orçamental, reforçando a confiança nas instituições e promovendo uma gestão mais responsável das finanças públicas.

### 5.3. Assuntos sobre os Recursos Naturais

Os usuários da plataforma afirmam que a governação dos recursos naturais em Moçambique exige reformas estruturais que reforcem a transparência, a responsabilização e a efectividade da legislação existente. É apontada a necessidade de melhorar a implementação das leis ambientais e de actualizar o quadro legal das minas, petróleo e conteúdo local, de forma a garantir maior justiça na exploração dos recursos e maior retorno para o desenvolvimento

nacional. Paralelamente, defende-se o envolvimento activo das comunidades e de diferentes actores sociais na gestão dos recursos naturais, promovendo processos mais inclusivos e transparentes.

No que diz respeito à distribuição dos benefícios, há uma forte preocupação com a equidade na partilha das receitas, defendendo-se que estas devem beneficiar de forma mais directa as comunidades locais, bem como o Estado e as províncias. Surgem também posições que defendem maior controlo nacional sobre os recursos naturais, incluindo propostas de nacionalização ou maior participação moçambicana na exploração, com o objectivo de garantir que a riqueza gerada seja efectivamente reinvestida no país e contribua para o desenvolvimento económico e social.

Relativamente ao conteúdo local e emprego, destaca-se a necessidade de promover a transformação interna dos recursos naturais, reduzindo a exportação de matérias-primas em bruto e incentivando a industrialização local. Esta abordagem é vista como essencial para a criação de emprego, redução do desemprego e fortalecimento da economia nacional. É igualmente referida a importância de legalizar e integrar mineradores artesanais, como forma de melhorar a inclusão económica e a organização do sector.

No âmbito da sustentabilidade ambiental, reforça-se a necessidade de garantir que a exploração dos recursos naturais não comprometa o equilíbrio ecológico nem a sobrevivência das comunidades. A gestão sustentável, o cumprimento das normas ambientais e a participação das comunidades são apontados como elementos fundamentais para assegurar que o desenvolvimento económico não ocorra à custa do ambiente.

### 5.4. Assuntos Constitucionais

Os comentários recebidos destacam a importância de reforçar o equilíbrio de poderes entre os órgãos de soberania, evitando a concentração excessiva de competências numa única instituição. Entre as propostas apresentadas, destaca-se a necessidade de aprofundar a descentralização e a desconcentração administrativa, garantindo maior autonomia aos diferentes níveis de governação e clarificando as responsabilidades dos seus representantes através de mecanismos legais adequados. Foi igualmente defendido o fortalecimento dos mecanismos de controlo e fiscalização entre o Presidente da República, a Assembleia da República e os Tribunais, reforçando os princípios de separação de poderes e prestação de contas.

No que se refere aos poderes presidenciais, os participantes sugerem a introdução de limites e mecanismos de supervisão mais claros para determinadas competências, incluindo nomeações para cargos estratégicos, decretos presidenciais, declaração de estados de emergência e dissolução da Assembleia da República. Entre as medidas propostas encontram-se a obrigatoriedade de aprovação parlamentar, pareceres vinculativos de órgãos judiciais e fiscalização regular por instituições independentes.

Relativamente aos direitos fundamentais, foi defendido o reforço das liberdades clássicas, como a liberdade de expressão e de imprensa, bem como a inclusão de direitos associados aos desafios contemporâneos, nomeadamente os direitos digitais, a protecção de dados pessoais, a privacidade online e o acesso à informação pública. Os comentários também enfatizam a necessidade de promover a igualdade de género, reforçar a protecção contra a violência doméstica e garantir maior inclusão das pessoas

com deficiência.

Quanto à justiça e ao acesso à justiça, os participantes defendem uma maior independência e autonomia dos tribunais e demais órgãos de fiscalização, incluindo o fortalecimento do Tribunal Constitucional, do Provedor de Justiça e de outras instituições de controlo. Foi igualmente destacada a importância de assegurar maior transparência e eficiência no funcionamento do sistema judicial, contribuindo para o fortalecimento do Estado de Direito.

Por outro lado, foi também manifestada a opinião de que uma eventual revisão constitucional não deve ser encarada como solução automática para os desafios actuais. Segundo esta perspectiva, antes de se avançar para alterações constitucionais, é fundamental garantir a plena implementação e cumprimento das disposições já existentes, reforçando a capacidade das instituições de aplicar eficazmente o quadro legal em vigor.

### 5.5. Assuntos Económicos

Os comentários recebidos destacam a necessidade de melhorar o ambiente de negócios em Moçambique através da redução da burocracia, simplificação dos processos de legalização de empresas e criação de incentivos fiscais que estimulem o investimento e o empreendedorismo. Foi igualmente referido que o Estado deve adoptar uma postura facilitadora, especialmente para os jovens empreendedores, garantindo transparência, igualdade de oportunidades e acesso simplificado ao crédito. A melhoria das infraestruturas, a segurança jurídica e a digitalização dos serviços públicos foram igualmente apontadas como factores essenciais para aumentar a competitividade económica e atrair investimentos.

Relativamente ao emprego jovem, os participantes defenderam a

criação de mais oportunidades de trabalho através da promoção da industrialização, do agro-processamento e do fortalecimento da produção nacional. Foi salientada a importância da formação técnico-profissional, da valorização das competências dos jovens e da implementação de programas de apoio ao empreendedorismo, incluindo estágios, incubadoras de negócios e facilitação do acesso ao financiamento. Vários comentários enfatizaram ainda a necessidade de criar condições para que os jovens não sejam apenas candidatos a emprego, mas também geradores de oportunidades para outros jovens.

No domínio da protecção social, considera-se que os programas existentes continuam insuficientes para responder às necessidades das populações vulneráveis. Foram identificadas preocupações relacionadas com o aumento do custo de vida, a estagnação salarial e a insuficiência dos apoios sociais. Os participantes sugerem o reforço da assistência aos grupos mais vulneráveis, incluindo idosos, crianças e órfãos, bem como a revisão dos valores dos apoios sociais para garantir condições de vida mais dignas.

Quanto à inclusão económica, os comentários defendem a promoção da participação activa de mulheres, jovens e pessoas vulneráveis na economia através de programas de sensibilização, capacitação e apoio ao empreendedorismo. Foi igualmente destacada a necessidade de combater a discriminação, apoiar pequenos negócios e criar mecanismos que permitam uma maior integração económica e social destes grupos. De forma transversal, os participantes associam a inclusão económica à criação de emprego, ao fortalecimento das capacidades produtivas nacionais e à melhoria das condições de vida da população.

## 5.6. Assuntos Eleitorais

Os comentários recebidos revelam preocupações significativas em relação à credibilidade, transparência e imparcialidade do sistema eleitoral moçambicano. Os participantes consideram necessária a revisão da legislação eleitoral, com destaque para a garantia de que os resultados apurados nas mesas de voto correspondam aos resultados finais oficialmente validados. Foi igualmente defendida uma maior rigurosidade na prestação de contas dos actores políticos e a adopção de mecanismos que reforcem a confiança dos cidadãos no processo eleitoral.

Relativamente aos órgãos de administração e jurisdição eleitoral, vários participantes questionam a imparcialidade da actual composição da Comissão Nacional de Eleições (CNE), considerando que a presença de representantes partidários compromete a sua independência. Entre as propostas apresentadas encontram-se a criação de um modelo mais equilibrado de composição da CNE, com maior participação da sociedade civil, a redução da influência política nos processos eleitorais e a despartidarização de instituições como o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE). Foi ainda sugerida a criação de um tribunal eleitoral especializado para dirimir conflitos e julgar litígios eleitorais de forma célere e independente.

No que respeita ao recenseamento eleitoral, votação e contagem de votos, destaca-se a necessidade de reforçar a transparência e a confiança pública. Os participantes sugerem a digitalização dos processos eleitorais, incluindo sistemas electrónicos de votação e contagem automática de votos, que permitam maior rapidez, precisão e fiscalização. Também foi defendida uma gestão mais eficiente do apuramento dos resultados e a implementação de mecanismos que reduzam a possibilidade de fraude ou

manipulação.

Quanto ao financiamento político e às campanhas eleitorais, os comentários apontam para a necessidade de prevenir o uso indevido de recursos públicos e promover maior responsabilidade financeira dos partidos políticos. Algumas intervenções defendem que os partidos devem aumentar a sua capacidade de mobilização de recursos próprios e que o acesso ao financiamento público deve estar associado a critérios de desempenho e prestação de contas mais rigorosos.

De forma transversal, os participantes associam os desafios eleitorais à necessidade de fortalecer a confiança nas instituições democráticas, melhorar a transparência dos processos e promover uma competição política mais justa, inclusiva e pacífica.

### 5.7. Assuntos de Justiça

Os comentários recebidos evidenciam a necessidade de reforçar a independência, transparência e eficácia do sistema de justiça em Moçambique. No que se refere à independência judicial, foi defendida a revisão dos mecanismos de nomeação dos titulares dos órgãos judiciais, com o objectivo de reduzir a influência do poder político e assegurar maior imparcialidade e autonomia das instituições responsáveis pela administração da justiça.

Relativamente ao acesso à justiça, os participantes identificam os constrangimentos financeiros e as dificuldades de deslocação como alguns dos principais obstáculos enfrentados pelas populações, particularmente nas zonas rurais. Para responder a estes desafios, foi proposta a criação de tribunais móveis que permitam aproximar os serviços de justiça das comunidades mais distantes, garantindo uma maior participação dos cidadãos e um acesso mais efectivo aos seus direitos. Foi

igualmente destacada a importância de tornar a legislação mais acessível e compreensível para os cidadãos.

No âmbito do combate à corrupção, os comentários apontam para a necessidade de reforçar os mecanismos de denúncia e de aumentar a transparência na gestão dos recursos públicos. A disponibilização de informação através de portais de transparência, dados abertos, contratos públicos acessíveis e comunicação em linguagem clara é vista como uma forma de fortalecer a fiscalização cidadã e reduzir oportunidades para práticas corruptas. Foi ainda defendida a responsabilização efectiva de indivíduos envolvidos em actos ilícitos ou que promovam comportamentos que perturbem a ordem pública.

Quanto à eficiência e celeridade processual, embora não tenham sido apresentadas propostas específicas para a gestão processual dos tribunais, as contribuições sugerem que a aproximação dos serviços de justiça aos cidadãos e o fortalecimento dos mecanismos institucionais de transparência e responsabilização podem contribuir para um sistema judicial mais eficiente e acessível.

### 5.8. Assuntos da Administração Pública e Despartidarização

Os comentários recebidos demonstram uma preocupação significativa com a necessidade de fortalecer o profissionalismo, a transparência e a neutralidade da Administração Pública. Embora o quadro legal vigente, incluindo o Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado (EGFAE) e a Lei de Probidade Pública, estabeleça princípios de mérito, imparcialidade, legalidade e ética profissional, os participantes consideram que persistem desafios relacionados com a aplicação efectiva destas normas. Entre as preocupações destacam-se a partidarização das instituições públicas,

a influência política em nomeações e promoções, o nepotismo e a insuficiência de mecanismos de fiscalização e avaliação de desempenho.

No que respeita aos mecanismos de recrutamento, promoção e avaliação, os participantes defendem a realização de concursos públicos mais transparentes, amplamente divulgados e baseados em critérios objectivos de mérito, competências técnicas e desempenho profissional. Foi igualmente sugerida a criação de júris independentes, a inclusão de observadores externos e o reforço dos mecanismos de recurso e fiscalização. A digitalização dos concursos públicos é apontada como uma ferramenta importante para aumentar a transparência, reduzir a manipulação dos processos e garantir igualdade de oportunidades aos candidatos.

Relativamente à ética, integridade e combate ao nepotismo, os comentários sublinham a necessidade de reforçar os mecanismos de controlo interno, a aplicação rigorosa da legislação existente e a promoção de uma cultura institucional baseada na imparcialidade e no serviço ao cidadão. Os participantes defendem uma separação mais clara entre a esfera político-partidária e a Administração Pública, assegurando igualdade de tratamento aos cidadãos independentemente da sua filiação política. Foi igualmente referido que o fortalecimento da fiscalização e da responsabilização pode contribuir para reduzir práticas de favoritismo e aumentar a confiança nas instituições públicas.

No âmbito da modernização administrativa, destaca-se a importância da digitalização dos serviços públicos para melhorar a eficiência, a transparência e a qualidade do atendimento ao cidadão. Foram também apresentadas propostas de revisão de normas administrativas específicas, incluindo o regime de atribuição de ajudas de custo, com o

objectivo de promover uma utilização mais eficiente dos recursos públicos e assegurar que os incentivos existentes contribuam efectivamente para melhores resultados na função pública. De forma geral, os participantes consideram que a modernização administrativa deve estar orientada para a melhoria da prestação de serviços, a valorização do mérito e o fortalecimento da confiança dos cidadãos no Estado.

### 5.9. Assuntos sobre Descentralização e Desconcentração

Os comentários recebidos demonstram uma preocupação significativa com o actual modelo de governação local, particularmente no que diz respeito à distribuição de competências, eficiência administrativa e participação dos cidadãos nos processos de governação. De forma geral, os participantes reconhecem a importância da descentralização como mecanismo de aproximação dos serviços públicos às comunidades, permitindo maior inclusão das populações na tomada de decisões e promovendo uma governação mais ajustada às realidades locais. No entanto, vários comentários apontam que o actual modelo ainda apresenta limitações estruturais e operacionais que comprometem os resultados esperados.

No que se refere ao modelo de governação local e à clarificação de competências, os participantes destacam a existência de sobreposição de funções entre o Governador Provincial, os Conselhos Executivos Provinciais e os Secretários de Estado Provinciais. Segundo os comentários, esta duplicidade de estruturas tem gerado confusão de responsabilidades, dificuldades de coordenação institucional, aumento das despesas públicas e redução da eficácia governativa. Alguns participantes defendem uma revisão mais profunda do modelo actual, considerando que

muitas competências continuam excessivamente centralizadas e limitam a autonomia efectiva dos governos provinciais e distritais.

Relativamente ao financiamento da descentralização, os comentários sublinham preocupações relacionadas com a previsibilidade e transparência na transferência de recursos financeiros para os níveis locais. Foi referido que os critérios de cálculo e distribuição das verbas não estão suficientemente claros, dificultando o acompanhamento pelos municípios e reduzindo a capacidade de planificação local. Os participantes defendem uma maior autonomia financeira das províncias e distritos, incluindo o reforço da arrecadação de receitas locais e a redução da dependência das transferências provenientes do nível central. Foi igualmente salientado que a insuficiência de recursos financeiros afecta negativamente a implementação de actividades e projectos de desenvolvimento local.

No âmbito da participação do cidadão e controlo social, os comentários revelam percepções divergentes. Alguns participantes consideram que existem espaços de participação comunitária, através de grupos de trabalho, conselhos consultivos e mecanismos de auscultação pública. Contudo, outros defendem que, na prática, estes mecanismos continuam limitados, pouco inclusivos e insuficientemente implementados. Foi referido que os cidadãos menos informados e com menor nível de escolaridade tendem a ficar excluídos dos processos participativos, reduzindo a representatividade das decisões tomadas. Os participantes sublinham igualmente a necessidade de fortalecer os mecanismos de auscultação pública e garantir que as contribuições das comunidades sejam efectivamente consideradas nos processos de governação local.

De forma geral, os comentários demonstram apoio ao aprofundamento da descentralização e desconcentração, defendendo uma transferência mais ampla de competências administrativas, políticas e financeiras para os níveis provinciais e distritais. Os participantes consideram que uma governação local mais autónoma, participativa e eficiente poderá contribuir para reduzir a concentração de poder, melhorar a prestação de serviços públicos e promover um desenvolvimento mais equilibrado e ajustado às necessidades das comunidades.

### 5.10. Assuntos sobre Reconciliação e Unidade Nacional

Os comentários recebidos demonstram percepções diversas sobre o estágio actual da reconciliação nacional em Moçambique, bem como preocupações relacionadas com a inclusão, confiança institucional, memória histórica e prevenção de conflitos. De forma geral, os participantes reconhecem os avanços alcançados através de acordos de paz e diálogo político entre os principais actores nacionais. Contudo, vários comentários consideram que a reconciliação ainda não foi plenamente alcançada, devido à persistência de desigualdades sociais, exclusão de determinados grupos e limitações na implementação efectiva de alguns acordos.

No que respeita às experiências e percepções sobre reconciliação nacional, alguns participantes consideram que Moçambique já alcançou níveis importantes de reconciliação, destacando o diálogo entre instituições políticas e o esforço colectivo para ultrapassar os conflitos do passado. No entanto, outros defendem que o processo continua incompleto, apontando a existência de feridas ainda não resolvidas, desigualdades na distribuição de recursos e insuficiente inclusão de

certos grupos nos processos de tomada de decisão, incluindo mulheres ligadas aos processos de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR). Foi igualmente referido que a reconciliação efectiva exige o cumprimento integral dos acordos estabelecidos e uma abordagem mais inclusiva e equilibrada da história nacional, evitando a valorização exclusiva de determinados actores em detrimento de outros.

Relativamente à confiança nas instituições públicas e actores políticos, os comentários revelam opiniões divergentes. Alguns participantes afirmam confiar nas instituições públicas, embora considerem que a qualidade do atendimento e da actuação institucional depende muitas vezes dos funcionários envolvidos. Outros demonstram desconfiança, particularmente em relação aos órgãos eleitorais, alegando favorecimento político e partidarização das instituições. Os comentários sublinham igualmente que a confiança dos cidadãos será fortalecida na medida em que as instituições actuem de forma imparcial, assegurem igualdade de tratamento e respondam efectivamente às preocupações da população.

No âmbito da memória, justiça e perdão, os participantes consideram importante falar sobre os conflitos do passado como forma de compreender as suas causas, promover aprendizagem colectiva e evitar a repetição de erros históricos. Os comentários defendem que a reconciliação duradoura depende da valorização da verdade, da justiça e do reconhecimento das experiências vividas pelas diferentes partes envolvidas nos conflitos. Foi igualmente salientado que a memória histórica não deve servir para aprofundar divisões, mas sim para promover cicatrização social, entendimento mútuo e fortalecimento da unidade nacional.

Relativamente à prevenção de conflitos e promoção do diálogo contínuo, os participantes destacam a importância de mecanismos de auscultação comunitária, diálogo inclusivo e participação efectiva dos cidadãos nos processos de tomada de decisão. Foram mencionados os líderes comunitários, estruturas locais e actividades educativas como instrumentos importantes para mediação de conflitos e fortalecimento da coesão social. Os comentários sublinham ainda a necessidade de garantir maior equidade na distribuição de recursos, promover reformas inclusivas de políticas públicas e reforçar iniciativas de educação cívica, humanismo e convivência pacífica entre os cidadãos.

De forma geral, os participantes consideram que a reconciliação nacional e a unidade do país dependem não apenas de acordos políticos, mas também da promoção da justiça social, inclusão económica, fortalecimento das instituições públicas e criação de espaços permanentes de diálogo e participação do cidadão.

## 6. Desafios

Durante o processo de implementação da plataforma “Cidadão Participa”, os workshops regionais, as formações das OSCs e a Mesa Redonda de Lançamento permitiram não apenas sensibilizar os cidadãos sobre os mecanismos de participação disponíveis, mas também recolher importantes percepções sobre os desafios associados à participação digital inclusiva. Para além das contribuições submetidas através da plataforma e do chatbot de WhatsApp, os participantes manifestaram preocupações relacionadas com acessibilidade tecnológica, limitações de conectividade, exclusão digital e dificuldades de acesso a dispositivos adequados.

Em resposta aos desafios identificados

ao longo do processo de implementação da plataforma “Cidadão Participa”, o projecto adoptou uma abordagem flexível e adaptativa, procurando reforçar mecanismos de participação mais acessíveis e inclusivos. Neste contexto, foi priorizada a utilização do chatbot de WhatsApp, que se revelou o principal canal de participação dos cidadãos, devido à sua simplicidade, maior familiaridade por parte dos utilizadores e menor dependência de recursos tecnológicos avançados. Paralelamente, foram iniciadas discussões técnicas para a futura integração de funcionalidades baseadas em SMS e USSD, com vista a ampliar o alcance da plataforma junto de cidadãos com acesso limitado à internet ou sem smartphones.

### 7. Considerações Finais

De forma geral, a participação dos cidadãos no processo de consulta evidenciou níveis diferenciados de engajamento entre as diferentes propostas de reforma, reflectindo as prioridades, preocupações e expectativas dos participantes em relação ao futuro político, económico e social do país. Os dados revelam que os cidadãos demonstraram maior interesse por temas com impacto directo na sua vida quotidiana, particularmente aqueles relacionados com desenvolvimento económico, governação local, prestação de serviços públicos, segurança e inclusão social.

Observa-se que os Assuntos Económicos registaram o maior nível de contribuição, demonstrando um forte interesse dos cidadãos em matérias ligadas ao emprego, custo de vida, desenvolvimento económico, oportunidades para a juventude, protecção social e inclusão económica. Este resultado evidencia que as questões económicas continuam a constituir

uma das principais preocupações da população, especialmente num contexto marcado por desafios socioeconómicos, desigualdades e procura crescente por melhores condições de vida. A elevada participação nesta área sugere igualmente que os cidadãos esperam que o processo de reformas contribua para respostas mais concretas às necessidades económicas e sociais das comunidades.

De forma transversal, os resultados demonstram um envolvimento consistente dos cidadãos nas diferentes áreas temáticas, com destaque para preocupações relacionadas com governação, justiça social, transparência institucional, inclusão económica, participação política e melhoria das condições de vida. O padrão observado sugere que os participantes tendem a priorizar propostas com impacto directo no seu quotidiano, sem descurar o interesse em reformas estruturais necessárias para o fortalecimento das instituições democráticas e consolidação do Estado de Direito.

Os dados demonstram igualmente o potencial das ferramentas digitais como mecanismos eficazes de participação cidadã e auscultação pública. Para além dos resultados apresentados neste relatório, importa destacar que a plataforma “Cidadão Participa” continuará activa ao longo do Processo do Diálogo Nacional Inclusivo, funcionando como um canal permanente de participação cidadã.

As contribuições recolhidas serão sistematizadas em relatórios periódicos e canalizadas à Comissão Técnica do Diálogo Nacional Inclusivo (COTE), assegurando que as opiniões, recomendações e preocupações dos cidadãos possam continuar a alimentar o debate nacional sobre as reformas em curso.

Neste sentido, a plataforma não substituiu os mecanismos presenciais de consulta, mas complementa-os, ampliando as oportunidades de participação e permitindo uma auscultação mais contínua, inclusiva e abrangente da sociedade moçambicana.

A plataforma “Cidadão Participa” permitiu ampliar os espaços de diálogo entre cidadãos e processos de tomada de decisão, promovendo maior inclusão de diferentes segmentos sociais e geográficos no debate nacional. O facto de o chatbot de WhatsApp ter registado maior utilização reforça a importância de soluções tecnológicas acessíveis, simples e adaptadas aos hábitos de comunicação da população, particularmente em

contextos de desigualdade no acesso à internet e dispositivos digitais.

Em termos gerais, os resultados do processo de consulta reforçam a relevância da plataforma “Cidadão Participa” como instrumento de recolha sistemática de contribuições cidadãs. Através deste mecanismo, foi possível identificar prioridades sociais e políticas, tendências de opinião pública e principais expectativas dos cidadãos em relação às reformas em debate no país. Os resultados alcançados demonstram igualmente a importância de continuar a investir em mecanismos participativos, educação cívica digital e fortalecimento da cultura de diálogo democrático inclusivo em Moçambique.

## ANEXOS

### Síntese das Principais Contribuições Recebidas na Plataforma “Cidadão Participa”

Área de Reforma	Principais Contribuições / Recomendações	Nº de Comentários
<b>Defesa e Segurança</b>	<p>Reforçar a subordinação das FDS ao poder civil e ao Estado de Direito. Garantir a despartidarização, neutralidade e profissionalização das FDS.</p> <p>Investir na formação contínua, ética profissional e combate à corrupção.</p> <p>Adoptar abordagens integradas no combate ao terrorismo, incluindo reintegração de jovens e soluções políticas sustentáveis.</p> <p>Reforçar o respeito pelos direitos humanos, uso proporcional da força e mecanismos de responsabilização.</p> <p>Criar canais seguros de denúncia e fortalecer a supervisão independente.</p> <p>Promover maior confiança entre cidadãos e FDS através da transparência e protecção de grupos vulneráveis.</p>	<b>10</b> (9 via WhatsApp; 1 via plataforma)
<b>Assuntos Fiscais</b>	<p>Reforçar a justiça e progressividade fiscal.</p> <p>Rever isenções e benefícios fiscais considerados injustos.</p> <p>Aumentar a tributação de grandes empresas e multinacionais, sobretudo nos sectores extractivos.</p> <p>Criar regimes simplificados e favoráveis para PME's.</p> <p>Reduzir ou isentar IVA sobre bens essenciais.</p> <p>Modernizar a administração tributária com tecnologias digitais.</p> <p>Combater evasão fiscal e corrupção.</p> <p>Promover educação fiscal e formalização gradual da economia informal.</p> <p>Reforçar transparência na arrecadação e uso das receitas públicas.</p>	<b>11</b> (10 via WhatsApp; 1 via plataforma)
<b>Recursos Naturais</b>	<p>Reforçar transparência e responsabilização na gestão dos recursos naturais.</p> <p>Actualizar legislação sobre minas, petróleo e conteúdo local.</p> <p>Garantir maior participação das comunidades na gestão dos recursos.</p> <p>Promover distribuição mais equitativa das receitas para comunidades e províncias.- Defender maior controlo nacional e participação moçambicana na exploração.</p> <p>Incentivar industrialização local e transformação interna dos recursos.- Legalizar e integrar mineradores artesanais.</p> <p>Assegurar sustentabilidade ambiental e cumprimento das normas ecológicas.</p>	<b>18</b> (18 via WhatsApp; 0 via plataforma)
<b>Assuntos Constitucionais</b>	<p>Reforçar separação e equilíbrio de poderes entre órgãos de soberania.</p> <p>Aprofundar descentralização e clarificar competências institucionais.</p> <p>Introduzir maior controlo sobre poderes presidenciais.</p> <p>Reforçar fiscalização parlamentar e judicial.</p> <p>Ampliar protecção de direitos fundamentais, incluindo direitos digitais.</p> <p>Promover igualdade de género e inclusão de pessoas com deficiência.</p> <p>Fortalecer independência dos tribunais e instituições de fiscalização.</p> <p>Garantir implementação efectiva da Constituição antes de novas revisões constitucionais.</p>	<b>4</b> (4 via WhatsApp; 0 via plataforma)
<b>Assuntos Económicos</b>	<p>Melhorar ambiente de negócios e reduzir burocracia.Simplificar processos de legalização de empresas.</p> <p>Criar incentivos fiscais ao investimento e empreendedorismo jovem.</p> <p>Melhorar infraestruturas, segurança jurídica e digitalização dos serviços.</p> <p>Promover industrialização, agro-processamento e produção nacional.</p> <p>Reforçar formação técnico-profissional e incubadoras de negócios.</p> <p>Ampliar protecção social para grupos vulneráveis.</p> <p>Promover inclusão económica de mulheres, jovens e grupos vulneráveis.</p>	<b>20</b> (19 via WhatsApp; 1 via plataforma)

Área de Reforma	Principais Contribuições / Recomendações	Nº de Comentários
<b>Assuntos Eleitorais</b>	<p>Rever legislação eleitoral para garantir maior credibilidade e transparência.                      Assegurar correspondência entre resultados das mesas e resultados finais.                      Reformar composição da CNE para reduzir influência partidária.                      Despartidarizar o STAE e fortalecer independência eleitoral.                      Criar tribunal eleitoral especializado.                      Digitalizar votação, contagem e apuramento de votos.                      Reforçar fiscalização e prevenir fraude eleitoral.                      Regular melhor financiamento político e uso de recursos públicos.</p>	<p><b>10</b> (10 via WhatsApp; 0 via plataforma)</p>
<b>Reforma da Justiça</b>	<p>Reforçar independência e autonomia judicial.                      Rever mecanismos de nomeação dos titulares dos órgãos judiciais.                      Aproximar serviços de justiça das populações através de tribunais móveis.                      Tornar legislação mais acessível aos cidadãos.                      Reforçar mecanismos de denúncia e combate à corrupção.                      Promover transparência com dados abertos e portais públicos.                      Melhorar responsabilização e eficiência institucional.                      Fortalecer acesso à justiça nas zonas rurais.</p>	<p><b>6</b> (6 via WhatsApp; 0 via plataforma)</p>
<b>Administração Pública e Despartidarização</b>	<p>Reforçar profissionalismo, mérito e neutralidade da Administração Pública.                      Combater partidarização, nepotismo e favoritismo.                      Garantir concursos públicos transparentes e baseados no mérito.                      Criar júris independentes e mecanismos de fiscalização.                      Digitalizar concursos e serviços públicos.                      Reforçar ética, integridade e responsabilização institucional.                      Melhorar eficiência administrativa e qualidade dos serviços públicos.                      Rever normas administrativas para uso mais eficiente dos recursos públicos.</p>	<p><b>12</b> (11 via WhatsApp; 1 via plataforma)</p>
<b>Descentralização e Desconcentração</b>	<p>Aprofundar descentralização administrativa, política e financeira.                      Clarificar competências entre Governadores, Secretários de Estado e Conselhos Executivos.                      Reduzir sobreposição institucional e despesas públicas.- Garantir maior autonomia financeira dos governos locais.                      Tornar mais transparentes os critérios de transferência de recursos.                      Reforçar arrecadação de receitas locais.                      Fortalecer participação cidadã e mecanismos de auscultação pública.                      Melhorar inclusão dos cidadãos nos processos de governação local.</p>	<p><b>16</b> (15 via WhatsApp; 1 via plataforma)</p>
<b>Reconciliação e Unidade Nacional</b>	<p>Consolidar reconciliação nacional através do diálogo inclusivo.                      Garantir implementação efectiva dos acordos de paz.                      Promover inclusão de grupos marginalizados, incluindo mulheres ligadas ao DDR.                      Reforçar imparcialidade e confiança nas instituições públicas.                      Valorizar memória histórica, verdade e justiça.                      Promover educação cívica, humanismo e convivência pacífica.                      Reforçar mecanismos comunitários de mediação e prevenção de conflitos.                      Garantir maior equidade na distribuição de recursos e oportunidades.</p>	<p><b>14</b> (12 via WhatsApp; 2 via plataforma)</p>



# CIDADÃO

## PARTICIPA

Financiado por



Parceiros



**IMD – Instituto para Democracia Multipartidária**

Av. Lucas Elias Kumato nº 61, Bairro da Sommershield, Maputo/Moçambique  
Escritório: +258 84 306 6565 | [imd@imd.org.mz](mailto:imd@imd.org.mz) | [www.imd.org.mz](http://www.imd.org.mz)